

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - Ciência Política e a Política:

Memória e Futuro

30 de agosto a 02 de setembro de 2016, Belo Horizonte, Minas Gerais

Área temática: Política e Economia

AS RAZÕES POLÍTICAS DA BAIXA INSERÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA

Humberto Eustáquio César Mota Filho, IUPERJ / UCAM

Antonio José Junqueira Botelho, IUPERJ / UCAM

RESUMO

O artigo busca fornecer uma explicação política para o paradoxo da baixa inserção comercial brasileira com o resto do mundo no período da Nova República, quando de acordo com a predição do modelo de Milner e Mansfield (2012), o Brasil democrático deveria ter assinado um maior número de acordos preferenciais comerciais. São analisados os casos do MERCOSUL e da ALCA, com base em dados produzidos sobre os atores e as instituições políticas brasileiras no período com vistas a explicitar com mais robustez o problema do baixo grau de abertura comercial brasileiro. Para atingir seus objetivos de refinar e ratificar esse modelo, validando uma explicação mais robusta, emprega o marco do institucionalismo racional. As preferências presidenciais brasileiras são tomadas como a variável desse problema e ordenadas, hierarquizadas e analisadas em seus pontos convergentes e divergentes entre os mandatários do período que vai de 1985 a 2005. Os resultados analíticos são validados por análises complementares de registros diplomáticos e legislativos. Demonstra assim que a preferência primária do Executivo brasileiro pelo fortalecimento do estado nacional via formação de um bloco comercial regional impactou positivamente nos resultados das negociações do MERCOSUL e na celebração deste acordo comercial, enquanto que a preferência secundária do Executivo brasileiro pelo projeto econômico de integração hemisférica (somente via MERCOSUL) impactou negativamente nos resultados das negociações da ALCA e na celebração deste acordo comercial. Os resultados obtidos contribuem para a evolução do debate acadêmico na análise das possibilidades de cooperação comercial internacional. No caso do MERCOSUL, destaca-se o papel predominante do agente de veto presidencial sobre os agentes de veto do Legislativo. Já no caso da ALCA, apesar do papel de agente de veto principal continuar a ser do Executivo brasileiro, a emergência de um novo agente de veto, configurado no bloco do MERCOSUL, ao mesmo tempo fortaleceu o Estado nacional brasileiro nessas negociações e tornou a celebração de novos acordos comerciais, via ALCA, mais complexa e condicionada.

Palavra-chave: Democracia. Comércio. Política.

INTRODUÇÃO

Um ambiente aberto de comércio e investimento é apontado como fundamental para incentivar o crescimento econômico, a criação de empregos e a prosperidade em termos mais gerais.

Este artigo busca compreender o movimento recente de liberalização comercial ocorrido no cenário brasileiro. Esse movimento é abordado pelos movimentos mais específicos em direção à celebração de acordos comerciais regionais ou hemisféricos de livre comércio. Aqui, a celebração de acordos comerciais é compreendida como uma das alternativas possíveis de liberalização comercial e cooperação internacional existentes para o Brasil.

No início, são delineados os movimentos de liberalização comercial mundial e, mais especificamente, o movimento brasileiro, nas últimas décadas, a fim de caracterizar a baixa inserção comercial em termos comparativos.

Em seguida, na sua primeira parte o artigo avalia as explicações existentes para os casos de integração comercial do Mercosul e da Alca e suas limitações explicativas, bem como é apresentado o marco teórico a ser utilizado, o paradoxo da baixa inserção comercial e a hipótese explicativa do artigo, a fim de especificar o caminho analítico adotado e os seus debates relacionados.

Após, na segunda parte deste artigo, trata-se mais especificamente da crítica da explicação apresentada pelo modelo de Mansfield e Milner (2012) e, ao fim, na terceira e última parte do trabalho apresentam-se os resultados analíticos advindos da ratificação e retificação desse modelo, os avanços obtidos e as limitações encontradas.

O MOVIMENTO MUNDIAL DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

Nas últimas décadas, a tendência de liberalização do comércio mundial abrangeu tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento e as novas democracias (Martin, 2015) e foi incentivada por regimes internacionais.

Os regimes internacionais como o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, de 1947, (GATT) pretendem resolver problemas de cooperação por meio da criação de regras comuns. A liberalização do comércio ocorrida a partir da instituição do GATT, em 1947 até 1995, com a criação da Organização Mundial do Comércio possibilitou maiores e diferentes tipos de relações comerciais entre os seus países membros.

No início do regime GATT, o restrito clube dos países membros, composto em grande parte pelas economias industrializadas avançadas, contribuiu para a abertura dos mercados. As economias dos países em desenvolvimento também foram

beneficiadas a partir da redução de suas barreiras ao comércio exterior (Barton; Goldstein; Josling; Steinberg, 2006).

Em paralelo, a agenda de comércio exterior se expandiu e penetrou de maneira mais intensa as economias domésticas de diferentes países. Nos anos 1980 houve um movimento de diversos países, com trajetórias distintas, tais como México, Índia, Polônia, Turquia, Gana, Marrocos e Espanha, em direção a uma liberalização do seu comércio exterior (Milner, 1999).

Constata-se que esse movimento mundial de liberalização comercial não foi idêntico para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, nem mesmo foi similar para o grupo de países em desenvolvimento, tais como Brasil e México (Open Markets Index 2013, International Chamber of Commerce (ICC) e 2013 Index of Economic Freedom).

Uma das possibilidades de liberalização e integração comercial é pela via dos Acordos de Complementação Econômica (ACEs)¹ e de Acordos Preferenciais Comerciais (APCs).² A multiplicação dos acordos preferenciais é uma tendência marcante no cenário do comércio internacional desde os anos 1990. A política de comércio da maioria dos países optou por negociações multilaterais em paralelo com a de acordos preferenciais para aprofundar a área de acesso de mercados de bens e serviços. O número de APCs dos principais parceiros do Brasil é relevante (IEDI 2015 - Acordos Preferenciais de Comércio notificados à OMC).

O MOVIMENTO BRASILEIRO DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

A despeito das reformas econômicas da década de 1990, a participação do Brasil no comércio mundial estagnou ao redor de 1,3% e 1,5%, enquanto outros países em desenvolvimento avançaram mais (Iedi, 2015). Pela classificação da Open Markets Index de 2013, que mede a abertura dos mercados, o Brasil se encontrava na 67ª posição de um total de 75, se situando entre os mercados mais fechados do

¹ Tanto o Brasil quanto o Mercosul estão inseridos no âmbito da Aladi, que visa promover a integração econômica latino-americana. Na lógica da Aladi, o processo de integração seria promovido paulatinamente, através da celebração de uma série de acordos de complementação econômica (ACEs) entre os países da região.

² Aqui os APCs são referidos genericamente como acordos comerciais, quando não houver nenhuma ressalva em contrário. Segundo estudo do Iedi (2013), o termo inicialmente utilizado pela OMC para se referir a esse tipo de acordo era “Acordo Regional de Comércio”, que abrangia todo acordo bilateral, regional ou plurilateral de natureza preferencial. No entanto, com o crescente número de países interessados em aberturas comerciais recíprocas, observou-se que os acordos celebrados não mais refletiam características estritamente “regionais”, passando a representar escopo geográfico mais amplo para a negociação de preferências comerciais. Para que a nomenclatura representasse adequadamente a abrangência de tais acordos, a OMC passou a denominá-los “Acordos Preferenciais de Comércio” (APCs).

mundo se comparado com as médias tarifárias dos países desenvolvidos e vários em desenvolvimento. A média das tarifas aplicadas pelo Brasil é superior às médias dos demais países do Brics, à exceção da Índia, que apresenta uma média ligeiramente superior, de 13,7% (Iedi, 2015). O Brasil detém o menor grau de abertura de mercado e liberdade de comércio na comparação com países como a China, Índia, Rússia, África do Sul, México, Coreia do Sul, Turquia e Indonésia) e não possui acordos com alguns dos seus principais parceiros comerciais (China, EUA, Japão e Alemanha).

Diante do movimento de liberalização mundial, o Brasil tem privilegiado a esfera multilateral como o principal foro das negociações. Assim, nas décadas de 1990 e 2000, o Estado brasileiro pouco investiu na ratificação de APCs. Em termos comparativos, tanto o México quanto a Coreia do Sul celebraram mais APCs do que o Brasil (Iedi, 2013, 2014).

O Brasil acabou se isolando no Mercosul e na América do Sul, celebrando alguns poucos ACEs com países do Sul. No âmbito extraregional, o Brasil celebrou apenas um número limitado de acordos preferenciais de comércio (APCs), com Índia, Israel, União Aduaneira do Sul da África (Sacu), Egito e Palestina, sendo que apenas os dois primeiros acordos estão em vigor (Iedi, 2015).

O Mercosul, subscrito na Aladi como o ACE nº 18, e outros acordos foram celebrados entre os membros do bloco e outros países da região, a fim de aprofundar a integração econômica regional. Em razão do *status* de união aduaneira do bloco, os estados integrantes do Mercosul devem negociar de forma conjunta acordos comerciais que impliquem na outorga de preferências tarifárias.³ Nesse sentido, a negociação de novos APCs que incluam preferências tarifárias, são condicionados pelo fator Mercosul e os interesses de seus membros.

Já o repertório dos APCs do Brasil parece seguir uma lógica de diversificação de parceiros comerciais, com foco no eixo político, sem maior perspectiva de integração produtiva ou comercial.

Como contraponto ao baixo grau de abertura comercial brasileiro,⁴ alguns apontam o caso mexicano e fornecem algumas explicações sobre esse caso (Pastor; Wise, 1994;(Cronin, 2003).

³ Segundo os termos da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 32/2000.

⁴ A trajetória de celebração de ACEs pelo Brasil junto à Aladi e o perfil dos APCs celebrados pelo Mercosul remetem a acordos de escopo e de ambições diferentes. Ainda assim, a análise conjunta desses acordos aponta na direção de uma abertura comercial reduzida, sem um crescimento significativo do fluxo comercial brasileiro com o resto do mundo. Em suma, os acordos celebrados pelo Brasil não impactaram a pauta comercial brasileira de forma relevante ou não visaram os maiores parceiros comerciais então existentes.

Logo, se faz necessário compreender melhor por que esse movimento mundial de liberalização comercial não correspondeu a uma abertura comercial mais intensa no caso brasileiro. Em particular, é preciso entender melhor as causas do baixo índice de APCs celebrados pelo Brasil.

AS RAZÕES DA INTEGRAÇÃO COMERCIAL: EXPLICAÇÕES CONCORRENTES E OS SEUS LIMITES

Um conjunto de autores procura compreender os comportamentos dos Estados nacionais para explicar as integrações regionais por meio de teorias de estabilidade hegemônica (Mattli 1999a, p. 56). Nessa linha, observam-se avanços consistentes nas explicações sobre por que determinados Estados são mais propensos a integrar blocos regionais (Hummel; Lohaus, 2012) enquanto outros não (Hemmer; Katzenstein, 2002) e por que alguns Estados apresentam mais resistência do que outros em delegar autoridade às instituições regionais (Hummel; Lohaus, 2012).

Entretanto, essa literatura enfrenta dificuldades em explicar por que as políticas domésticas de potências regionais mudam ao longo do tempo. Parte dessa literatura não atribuiu relevância a fatores institucionais importantes para a análise das negociações internacionais tais como o tipo de regime político das potências regionais.

Adicionalmente, os teóricos da estabilidade hegemônica não conseguem explicar satisfatoriamente por que potências regionais como o Brasil se interessaram por negociações hemisféricas de abertura econômica com uma potência mundial como os EUA. Assim, as explicações sobre casos como o Mercosul e a Alca não se esgotam apenas com o uso dessa literatura.

A vertente da literatura lastreada no interpresidencialismo (Hummel; Lohaus, 2012) sustenta o papel central da diplomacia governamental para explicar com mais consistência por que no caso do Mercosul não houve o desenvolvimento de instituições supranacionais. Contudo, as explicações oriundas da literatura da diplomacia presidencial não avançam consistentemente na direção dos relacionamentos entre tipo de regime e preferências presidenciais de forma a explicar as mudanças de políticas comerciais e de harmonização de políticas intra e interblocos.

Explicações centradas nas mudanças estruturais e na harmonização de políticas estabelecem vinculações entre democracias jovens, políticas de liberalização e acordos regionais (Mansfield; Pevehoue, 2006). Eles dão conta de explicar por que essas democracias e seus líderes políticos se interessam por acordos regionais e avançam na compreensão das mudanças de políticas comerciais domésticas.

Entretanto, mesmo esses autores não explicam satisfatoriamente por que as democracias jovens como a brasileira não tiveram um impulso maior na celebração de acordos comerciais preferenciais e acordos regionais, além do Mercosul, quando seus líderes políticos teriam incentivos para liberalizar a economia e consolidar a democracia.

Muitas explicações recentes têm um interesse na variável política doméstica ou relacionam a inserção estratégica do Brasil no cenário internacional com a sua atuação regional e intrabloco. Um subconjunto destas dedica uma atenção especial às explicações sobre o processo de formação do Mercosul lastreadas na história política e na diplomacia e na sua influência sobre a dinâmica política Mercosulina (Seintenfus, 1991) e contribui com o entendimento dos movimentos específicos dos casos do Mercosul e da Alca. Contudo, esse tipo de análise histórica não fixa variáveis definidas para explicações desses casos de integração e logo corre o risco de converter-se mais em narrativas de processos com foco na descrição dos fatos do que em tentativas de explicação baseadas em variáveis explicativas.

Outro subconjunto avança na compreensão do comportamento estratégico brasileiro com as políticas externas dos Presidentes Cardoso e Lula e as suas alterações, em momentos críticos (Vigevani e Cepaluni, 2007), porém essa ênfase em momentos críticos tampouco avança nas explicações das razões pelas quais as políticas externas dos Governos brasileiros em geral não geraram mais abertura comercial, quando os contextos políticos não eram críticos.

Nas explicações sobre os impactos econômicos da integração e dos movimentos de liberação comercial, parte da literatura conclui que a liberalização regional não necessariamente facilita a liberalização global do comércio (Tomazini, 2009), contribuindo para compreensão dos efeitos da integração regional no processo de cooperação comercial internacional. Contudo, essa literatura não esclarece satisfatoriamente as relações de causalidade que impulsionam os movimentos integracionistas e as decisões por mais ou menos liberalização comercial.

Explicações centradas em temas de desenvolvimento econômico (Pereira Neto, 2011; Couto, 2012) e em questões sociais (Vigevani; Mariano, 1999) auxiliam no entendimento das estratégias de inserção internacional do Estado brasileiro e das interações dos atores sociais, mas não discutem nem a natureza das escolhas políticas que explicam o impulso inicial do processo de integração nem como essas mesmas escolhas influenciam no ritmo e nos resultados do processo de integração e na celebração de acordos comerciais.

Observa-se assim uma significativa lacuna na literatura que diz respeito a análise do relacionamento dos processos de integração e liberação comercial

consubstanciados em acordos comerciais com o regime democrático e as preferências políticas no contexto do Estado nacional brasileiro. Para suprir essa lacuna, a presente tese adota uma escolha analítica apta a proporcionar uma narrativa explicativa mais acurada sobre os casos do Mercosul e da Alca. Para tanto, mobiliza o apoio de uma base teórica que relacione os elementos institucionais com os atores políticos e também leve em conta a dinâmica dos acordos comerciais preferenciais. Em suma, para avançar é preciso contar com um modelo explicativo que una democracia e comércio na análise do movimento de liberalização brasileiro.

DEMOCRACIA E COMÉRCIO: O MODELO DE MANSFIELD E MILNER

Para compreender melhor o baixo índice de APCs celebrados pelo Brasil, adota-se a perspectiva teórica de Mansfield e Milner (2012), que trata desse aspecto particular da cooperação comercial internacional. Aqui pretende-se ratificar e retificar o modelo teórico aí proposto fazendo uso da convergência entre duas literaturas especializadas, quais sejam: a da escolha do ator racional e a do novo institucionalismo. Nesse sentido, serão analisados os casos do Mercosul e da Alca com base nos dados levantados sobre os atores e as instituições políticas brasileiras no período recente da Nova República. Com isso, este trabalho almeja dar mais robustez, questionar algumas das conclusões obtidas sobre APCs pelo modelo e refiná-lo, como uma das possibilidades relevantes de cooperação internacional.

A obra apresenta unidades de análise bem definidas e estabelece claras relações de causalidade entre o regime democrático e a celebração de acordos comerciais preferenciais. Estas são apoiadas em mecanismos explicativos passíveis de testes e de aperfeiçoamentos e devem ser validadas e criticadas. Os autores teorizam a partir de uma perspectiva institucional racional sobre os acordos comerciais entre estados nacionais, pela via da política doméstica. Seu marco teórico procura explicar por que e quando os estados nacionais resolvem celebrar APCs, dado que: a celebração desses acordos apresenta uma substancial variação ao longo do tempo; alguns estados nacionais celebram muito mais acordos comerciais internacionais do que outros; o ritmo de negociação dos APCs é substancialmente diferenciado de estado para estado.

São enfocados analiticamente os APCs regionais, sob a ótica doméstica. Esses acordos são peças-chaves da economia política global. A Comunidade Econômica Européia, o Nafta e o Mercosul e a Asean são responsáveis por fluxos comerciais internacionais significativos e amplamente reconhecidos.

Os autores pretendem explicar por que e quando os líderes políticos escolhem assinar acordos comerciais e como esses acordos acabam por ser ratificados,

reforçada por dados empíricos substanciais. Para tanto, eles analisam o impacto dos tipos de regime e dos agentes de veto do sistema político doméstico dos Estados Nacionais, envolvidos na celebração de APCs. Em sistemas democráticos, os líderes políticos tendem a aprofundar a cooperação internacional e a integração comercial com a celebração de acordos de preferências comerciais entre estados, a fim de garantir maior credibilidade aos seus compromissos e as suas políticas públicas. Nessa linha, o argumento avança que o desenho dos acordos comerciais decorre substancialmente de escolhas racionais, num dado contexto político doméstico e que o tipo de regime político e os agentes de veto são determinantes nas escolhas do por que, como e quando negociar esses acordos.

A assinatura de acordos comerciais pode servir como um mecanismo de confiança pública (*reassurance device*) que contribui para que líderes políticos não percam o seu mandato ao deixar mais claro para a opinião pública que os problemas econômicos não são completamente motivados pelos comportamentos oportunistas⁵ (*rent-seeking*) do executivo. Esse mecanismo de confiança pública possibilita um poderoso incentivo aos políticos para a assinatura de contratos comerciais e também possibilita um sistema político menos protecionista.

Como a competição democrática demanda mecanismos de confiança pública, para Mansfield e Milner os governos de orientação econômica intervencionista necessitam demonstrar a opinião pública e aos grupos domésticos que eles não privilegiam interesses especiais.

Nesse modelo, governos intervencionistas necessitam mais de mecanismos de confiança pública do que os governos com tendências mais liberais e, em virtude disso, esses governos intervencionistas tendem a celebrar mais acordos comerciais.

Ainda segundo os autores, quanto mais competitivo o sistema político, maior será a tendência de celebração de acordos comerciais pelos seus líderes. Assim líderes políticos democráticos tendem a assinar mais acordos comerciais do que líderes de regimes políticos não democráticos. Por seu turno, para eles também é possível que pressões políticas domésticas influenciem os líderes políticos a não assinarem os acordos comerciais.

Os resultados apresentados em Mansfield e Milner (2012) ainda indicam que quanto mais agentes de veto houver em um sistema político, maiores serão os constrangimentos às possibilidades e a abrangência de acordos comerciais de liberalização comercial. Nessa linha, os líderes políticos podem e devem antecipar

quais são os impactos dos agentes de veto do seu sistema político e, a partir daí, calcular qual a melhor estratégia para a celebração de acordos comerciais.

Desse modo, se os líderes políticos compreenderem, *a priori*, a extensão e os tipos de agentes de veto de seu sistema político, tais constrangimentos poderão ser incorporados ao processo de barganha.

Pelas conclusões de Mansfield e Milner, seria esperado que com a sua redemocratização, na década de 1980, o Brasil experimentasse um impulso no ritmo e na abrangência de celebração de novos acordos comerciais em geral.

Entretanto, como visto nas primeiras seções desta introdução, o movimento de liberalização brasileiro não se traduziu em um aumento significativo de acordos comerciais preferenciais nem significou um aumento dos fluxos comerciais brasileiros com o resto do mundo, no ritmo esperado.

Assim, se faz necessário pesquisar respostas para o paradoxo do baixo grau de abertura comercial brasileiro, dado o seu ambiente democrático. Vale ressaltar aqui que a aplicação do referencial teórico não se dá de forma automática, uma vez que o propósito desta obra não é simplesmente reproduzir a pesquisa de Mansfield e Milner (2012) em um nível reduzido e descritivo de negociações.

Na breve análise do caso do Mercosul, Mansfield e Milner sugerem que esse movimento de integração regional caracterizou-se como um meio econômico de se atingir os fins políticos da estabilidade democrática almejados por Alfonsín e Sarney. Entretanto, eles consideram que quando do processo inicial de negociações do Mercosul havia pouca participação direta dos grupos de interesse nas negociações e que esse processo de negociação, como um todo, atraiu pouca atenção dos grupos domésticos e que debates sobre reformas constitucionais foram alvo de maiores preocupações na agenda dos legisladores.

Essa leitura dos aspectos domésticos levantados pelos autores, justificam uma análise mais aprofundada dos elementos institucionais do caso, a fim de reforçar ou flexibilizar as conclusões dos mesmos sobre o funcionamento do mecanismo de *reassurance device* dos acordos comerciais.

PROPOSTA DE EXPLICAÇÃO INSTITUCIONAL RACIONAL PELAS PREFERÊNCIAS DOMÉSTICAS

Na literatura analisada anteriormente, não se observam muitos estudos sobre as razões das escolhas políticas pela integração regional brasileira. Tampouco se verifica uma preocupação com o impacto das preferências presidenciais sobre os resultados dos acordos comerciais. Percebe-se, porém, que abordagens institucionalistas (Prazeres, 2007; Pereira Neto, 2011) e da escolha do ator racional (Tomazini, 2009)

estão presentes em algumas explicações, com resultados positivos. Entretanto, não se identificou uma abordagem de convergência entre essas literaturas, de forma explícita.

Este trabalho ao propor a conjugação do tema dos acordos comerciais com a perspectiva das escolhas racionais dos líderes políticos busca avançar na explicação do tipo de integração regional escolhido pelos diferentes Governos brasileiros na Nova República. Para tanto, faz uso do modelo teórico institucional-racional de Mansfield e Milner (2012), a fim de reforçar e refinar suas explicações sobre as causas da celebração de APCs e suas relações com a competição democrática, no âmbito das instituições brasileiras. Para tal, adota a perspectiva geral do institucionalismo racional⁶, com o foco analítico nas preferências políticas domésticas de integração regional e liberalização comercial.

A premissa é que a análise da política doméstica de acordos comerciais regionais, pela perspectiva convergente das literaturas da escolha do ator racional e do novo institucionalismo, possibilita examinar melhor o papel dos interesses domésticos no processo de integração.

Busca-se a ratificação do modelo de Mansfield e Milner (2012), em uma perspectiva mais centrada no exame das preferências dos líderes políticos brasileiros, com vistas a contribuir para a evolução do debate acerca das possibilidades de cooperação comercial internacional. Em complementação à abordagem quantitativa desses autores sobre a relação causal positiva entre democracia e a celebração de acordos comerciais, emprega-se aqui uma abordagem qualitativa de estudo de caso, para analisar como a manutenção ou a alteração das preferências políticas brasileiras impactaram os processos do Mercosul e da Alca. Tal abordagem deve revelar mais especificamente como a manutenção ou a alteração das preferências presidenciais brasileiras afetam a celebração de acordos comerciais, ao longo do tempo, em uma mesma democracia jovem, em um país em desenvolvimento.

A abordagem analítica também permite examinar as escolhas dos líderes políticos brasileiros e seus impactos sobre os processos de integração regional, de forma a compreender, de um lado, as razões e os cálculos dos líderes políticos que levaram à decisão de uma forma específica de integração econômica e política do estado brasileiro no Mercosul e, de outro lado, as razões e os cálculos dos líderes políticos que contribuíram para uma decisão pela não integração do estado brasileiro na Alca.

Enfim, almeja-se compreender as razões pelas quais o Brasil apresenta um relativo baixo grau de abertura comercial desde a sua redemocratização, com base

nos fluxos comerciais globais. Ou seja, por que o Brasil celebra tão poucos APCs com outros estados, apesar dos avanços institucionais das últimas décadas?

O marco analítico empregado não busca apenas replicar os testes do modelo. Não se analisa o impacto dos tipos de regime e dos agentes de veto do sistema político brasileiro *versus* os regimes e agentes de veto de outros estados nacionais, tal como já feito pelos autores. As instituições brasileiras permanecem fixas no marco analítico, já que a análise recai sobre as preferências dos atores domésticos no marco dos arranjos institucionais existentes, em momentos distintos no tempo, em um mesmo estado nacional e em duas negociações comerciais regionais diferentes. O artigo faz uso da perspectiva teórica da análise racional complementada pela moldura institucional das regras da Presidência da República e do Congresso brasileiros, para tratar das preferências dos atores políticos domésticos não como dados, mas como variáveis independentes. Ao analisar as preferências dos executivos brasileiros, em cada governo (Sarney, Collor, FHC e Lula) procura-se aprofundar os mecanismos explicativos do marco teórico adotado, mantendo sua robusta simplicidade quanto ao papel dos interesses em jogo.

Esse trabalho não tem por objetivo repetir a identificação e quantificação dos agentes de veto de diferentes regimes políticos e estabelecer uma relação entre essas variáveis independentes e os resultados das negociações comerciais. Ao invés, usa o marco teórico de Mansfield e Milner para: i) reforçar os achados sobre a força da democracia no estímulo a cooperação comercial e do impacto da quantidade dos pontos de veto no processo de ratificação dos acordos comerciais específicos; ii) relacionar mais especificamente as escolhas políticas com as formas possíveis de integração regional, em uma democracia jovem e em desenvolvimento. Entretanto, é preciso ressaltar que Mansfield e Milner não qualificam no seu modelo teórico as preferências domésticas a favor ou contra os acordos comerciais, mas tão somente identificam os regimes políticos e quantificam os agentes de veto desses diferentes regimes políticos, ao estabelecer uma relação entre essas variáveis independentes e os resultados das negociações comerciais. Assim, o modelo aqui empregado afasta-se do modelo teórico original ao identificar as preferências do Executivo brasileiro. Com isso, a partir da identificação e análise da manutenção ou variação das preferências presidenciais para os casos do Mercosul e da Alca, produz-se uma explicação mais detalhada do ponto de veto responsável pela iniciativa e ritmo das negociações internacionais brasileiras: o Presidente da República.

AS RAZÕES POLÍTICAS DA BAIXA INSERÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA

O paradoxo que se busca responder reside na constatação da baixa inserção comercial brasileira com o resto do mundo, via APCs, após o processo de redemocratização da Nova República, quando pelos resultados e previsões de Mansfield e Milner (2012), seria esperado que com a sua redemocratização o Brasil experimentasse um impulso no ritmo e na abrangência de celebração de novos acordos comerciais.

Para responder esse paradoxo, sustenta-se que a preferência primária do Executivo brasileiro impactou positivamente nos resultados das negociações de integração regional do Mercosul, enquanto a preferência secundária do Executivo brasileiro impactou negativamente nos resultados das negociações hemisféricas da Alca.

Nesse sentido, a ratificação do acordo do Mercosul foi favorecida pela preferência primária do Executivo brasileiro em fortalecer o Estado nacional, no acesso aos mercados regionais, pelo aumento do seu poder de barganha nas negociações internacionais e pela sua ação conjunta em um bloco de países em desenvolvimento.

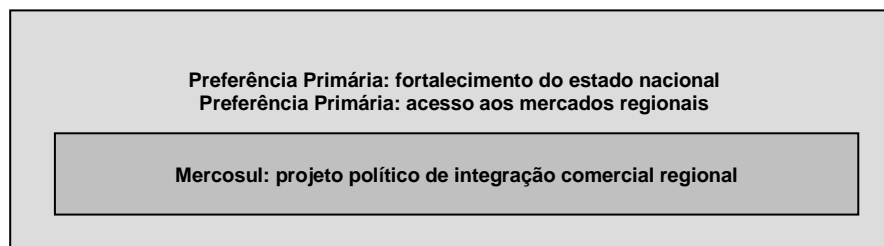
Já a ratificação do acordo da Alca foi prejudicada pela preferência secundária do Executivo brasileiro no aumento do acesso aos mercados hemisféricos, principalmente ao mercado estadunidense e na ampliação dos fluxos de comércio de maneira geral, somente via Mercosul.

Assim, a escolha política do fortalecimento do Estado nacional via Mercosul condicionou os termos e o ritmo da negociação da Alca. Logo, as preferências políticas foram decisivas nos termos e no ritmo das negociações comerciais nos casos do Mercosul e da Alca. Então, se por um lado o Mercosul aumentou o poder de barganha dos países do Cone Sul nas negociações internacionais, por outro lado, ele também funcionou como um novo ponto de veto para o Estado brasileiro e tornou essas mesmas negociações mais complexas e condicionadas.

Desse modo, a análise da ordenação das preferências presidenciais contribuiu para explicar o aparente paradoxo brasileiro, ao revelar que apesar da democracia brasileira incentivar comportamentos políticos favoráveis a abertura comercial e a celebração de acordos comerciais, esses incentivos foram condicionados aos termos e as escolhas políticas do primeiro projeto político de integração brasileiro.

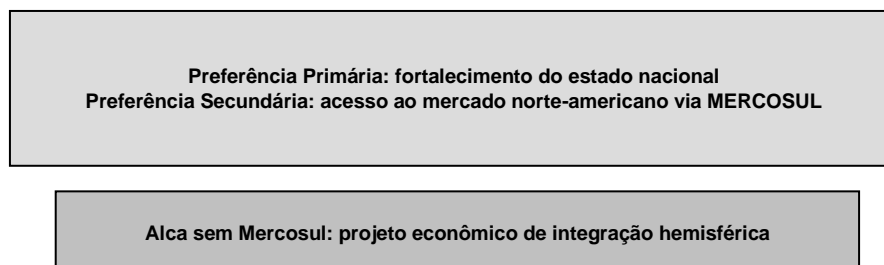
Para uma melhor visualização da hipótese, os Quadros 1 e 2 abaixo sintetizam a hierarquização das preferências presidenciais brasileiras nos casos do Mercosul e da Alca.

Hierarquização das Preferências Presidenciais Brasileiras no MERCOSUL



Quadro 1 — Hierarquização das Preferências Presidenciais Brasileiras no Mercosul
Fonte: elaboração dos autores.

Hierarquização das Preferências Presidenciais Brasileiras na ALCA



Quadro 2 — Hierarquização das Preferências Presidenciais Brasileiras na Alca
Fonte: elaboração dos autores.

Essa hipótese concorre com outras explicações alternativas sobre casos de integração e liberalização comercial e celebração de acordos comerciais. Para avançar sobre as explicações concorrentes, faz-se então necessário apresentar os resultados analíticos advindos dos estudos de casos do Mercosul e da Alca, a fim de balizar o caminho explicativo seguido neste artigo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base na análise do Executivo como principal agente de veto dos acordos comerciais internacionais no sistema político brasileiro, procurou-se avançar na explicação do problema da tese e no reforço e refinamento de algumas conclusões de Mansfield e Milner (2012).

As evidências sobre as quais foram fundamentadas a análise a seguir estão apenas referenciadas aqui e não foram incorporadas ao texto a fim de manter a parcimônia do modelo e a fluidez das explicações.

No que diz respeito ao ambiente institucional brasileiro, particularmente sobre a questão do funcionamento do mecanismo de confiança pública, esse artigo avançou na explicação política do baixo grau de abertura comercial brasileiro, nas últimas décadas e, reforçou e refinou esse modelo teórico.

A seleção dos casos do Mercosul e da Alca⁷ visou explicitar com mais robustez o problema do baixo grau de abertura comercial brasileiro e adotou as preferências presidenciais brasileiras como variável independente desse problema.

As preferências presidenciais foram fixadas, ordenadas e analisadas em seus pontos convergentes e divergentes entre os mandatários do período que vai de 1985 a 2005⁸ e; seus resultados foram sintetizados em quadros analíticos e validados por análises complementares de registros diplomáticos⁹ e parlamentares¹⁰.

Em termos esquemáticos, sugere-se alguns quadros analíticos das preferências políticas brasileiras por cooperação comercial internacional e integração comercial, a partir da análise dos pronunciamentos presidenciais, da seguinte forma:

⁷ No caso do Mercosul, os marcos temporais e institucionais referem-se à Declaração de Iguazu, de 1985; a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, de 1986; ao Tratado de Assunção, de 1991, e ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, de 1991. No caso da Alca, esses marcos temporais e institucionais referem-se à Declaração de Miami na I Cúpula das Américas, de 1994; a II Cúpula das Américas no Chile, em 1998, e; as Reuniões Ministeriais dos Ministros de Comércio do Hemisfério iniciadas em 1995 e finalizadas em 2005.

⁸ A pesquisa das fontes das preferências presidenciais foi restrita ao período de 1985 a 2005 e, dentro desse período, foi centrada especificamente em determinados anos nos quais ocorreram as principais escolhas dos Presidentes da República analisados, segundo os marcos temporais e institucionais. As consultas às fontes de dados para a obtenção das preferências presidenciais no período analisado foram concentradas na Biblioteca da Presidência da República. O levantamento desses dados foi realizado nos meses de janeiro a abril de 2015.

⁹ A pesquisa das fontes diplomáticas foi restrita ao período de 1985 a 2005 e, dentro desse período, foi centrada especificamente em determinados anos nos quais os chefes de estado brasileiros tomaram as principais decisões ou escolhas sobre o processo de integração, fossem elas as iniciativas, principais negociações e o ato de ratificação. Foram realizadas consultas aos arquivos da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores (CDO), aos arquivos pessoais de chanceleres, ministros de estado das relações exteriores e diplomatas, depositados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) no Rio de Janeiro.

¹⁰ A documentação parlamentar pesquisada, nos anos de 2014 e 2015, nos arquivos da Câmara Federal e do Senado foi recolhida tendo em conta os anos nos quais os chefes de estado brasileiros tomaram as principais decisões sobre o processo de integração, fossem elas as iniciativas, principais negociações e o ato de ratificação dos acordos comerciais. A análise do papel do Congresso Nacional Brasileiro nos casos do Mercosul e da Alca objetiva verificar qual foi o papel desempenhado pela Câmara Federal e pelo Senado Federal, na qualidade de agentes de veto, nos casos do Mercosul e da Alca.

Presidentes	Reforma dos regimes comerciais internacionais	Fortalecimento do estado nacional via <i>block building</i>	Abertura econômica via acordos comerciais regionais (Mercosul)	Abertura econômica via acordos comerciais hemisféricos (Alca)
Sarney	primária	primária	primária	n/a
Collor	primária	primária	primária	n/a
Franco	primária	primária	primária	secundária
Cardoso	primária	primária	primária	secundária
Lula	primária	primária	primária	secundária

Quadro 3 — Comparação do ordenamento das preferências presidenciais em temas de cooperação comercial internacional e integração regional
 Fonte: elaboração dos autores.

A partir desse quadro analítico se compara mais facilmente qual o impacto do ordenamento das preferências presidências na celebração de acordos comerciais preferenciais. Essa análise expressamente válida o modelo de Mansfield e Milner (2012) e suas conclusões acerca do efeito positivo do regime democrático nas preferências presidenciais brasileiras pela ampliação do comércio internacional pela integração regional. Contudo, não permite compreender com a mesma facilidade as razões das preferências secundárias pela Alca.

Esse quadro também permite visualizar a coincidência e compatibilidade da integração regional do Mercosul com outras preferências primárias brasileiras por integração regional. Assim, o discurso a favor do Mercosul era reforçado e reforçava os discursos a favor de reformas dos regimes internacionais e de fortalecimento do Estado nacional via *block building*.

Além do quadro analítico das preferências presidenciais sobre cooperação internacional e integração comercial em geral, elaboraram-se outros quadros analíticos do ordenamento das preferências presidenciais no caso do Mercosul e no caso da Alca, que revelam o impacto das preferências políticas nessas negociações.

Presidentes	Consolidação e aprofundamento da ALADI	Ampliação do acesso à mercados regionais via MERCOSUL	Preservação da capacidade de desenvolvimento de políticas públicas	Ampliação dos canais de participação da sociedade civil
Sarney	n/a	n/a	n/a	n/a
Collor	n/a	n/a	n/a	n/a
Franco	Secundária	primária	n/a	n/a
Cardoso	Secundária	primária	primária	primária

Lula	Secundária	primária	primária	primária
------	------------	----------	----------	----------

Quadro 4 — Comparação do ordenamento das preferências presidenciais no caso do MERCOSUL

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir do quadro analítico das preferências presidenciais no caso do Mercosul se depreende que nem todo processo de integração latino-americano teve a mesma prioridade atribuída ao Mercosul e que as preferências presidenciais pouco variaram nesse caso. Assim, a Aladi era uma organização que buscava formas de integração latino-americana. Dentre diversas formas possíveis de integração, os Executivos brasileiros escolheram a via do Mercosul sobre as demais. Essa escolha implicou na utilização das capacidades institucionais e políticas da própria Aladi para a criação do Mercosul.

Ao acrescentar as preferências presidenciais brasileiras pelo fortalecimento do Estado nacional; pela preservação da capacidade de desenvolvimento de políticas públicas; e pela ampliação dos canais de participação da sociedade civil, conclui-se que para o Executivo brasileiro a integração comercial via Mercosul permitia compatibilizar mais preferências primárias se comparada apenas com a integração regional pela organização da Aladi.

Isso não significa que os Governos brasileiros abandonaram a Aladi, mas apenas que o tipo de integração latino-americana via Aladi havia ficado em segundo plano.

Assim, apesar de o objetivo desse trabalho residir nos casos do Mercosul e da Alca, a análise das manifestações presidenciais e registros diplomáticos referentes à Aladi, voltada para o caso do Mercosul, permitiu reforçar os termos da escolha política prioritária dos Presidentes brasileiros em geral pelo caminho de uma integração mais específica e gradual no Cone Sul em vez de outras formas de integração latino-americanas então desenvolvidas no âmbito da Aladi. Nesse sentido, os compromissos e acordos celebrados no âmbito da Aladi passaram a ser condicionados à ampliação de acesso a mercado regional via o projeto político do Mercosul.

Presidentes	Consolidação e aprofundamento do Mercosul	Ampliação do acesso à mercados hemisféricos	Preservação da capacidade de desenvolvimento de políticas públicas	Ampliação dos canais de participação da sociedade civil
Sarney	n/a	n/a	n/a	n/a
Collor	n/a	n/a	n/a	n/a
Franco	primária	secundária	n/a	n/a

Cardoso	primária	secundária	primária	primária
Lula	primária	secundária	primária	primária

Quadro 5 — Comparação do ordenamento das preferências presidenciais no caso da Alca
Fonte: elaboração dos autores.

A partir do quadro analítico das preferências presidenciais no caso da Alca se depreende que esse processo de integração hemisférica foi impactado pelo processo de integração anterior e prioritário do Mercosul, o qual impactou negativamente as possibilidades de celebração de um acordo comercial naquele caso. Essa análise ainda revela que se manteve uma uniformidade das preferências presidenciais no caso da Alca e que essas preferências exerceram uma influência sobre os resultados da negociação.

No quadro analítico do caso do Mercosul, destaca-se o papel predominante do agente de veto presidencial dentre os agentes de veto. Isso tornava as escolhas políticas menos condicionadas a outros agentes que não ao próprio Executivo.

Agentes de Veto	Mercosul
Executivo Brasileiro	Papel principal
Legislativo Brasileiro	Papel secundário

Quadro 6 — Os agentes de veto no caso do Mercosul
Fonte: elaboração dos autores.

Já no caso da Alca, apesar do papel de agente de veto principal continuar a ser do Executivo brasileiro, a emergência de um novo agente de veto, configurado no bloco do Mercosul, ao mesmo tempo fortaleceu o Estado nacional brasileiro nas negociações da Alca e tornou a celebração de novos acordos comerciais, como o da Alca, mais complexa e condicionada.

Agentes de Veto	ALCA
Executivo Brasileiro	Papel principal
Legislativo Brasileiro	Papel secundário
Mercosul	Papel secundário

Quadro 7 — Os agentes de veto no caso da Alca
Fonte: elaboração dos autores.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos não só expressamente validam o modelo de Mansfield e Milner (2012) e suas conclusões acerca do efeito positivo do regime democrático no comércio internacional, mas também o refinam, ao permitir compreender dinâmicas diferenciadas de integração em uma mesma região geográfica, em regimes democráticos, a partir não só das preferências econômicas, mas também das preferências políticas.

O trabalho revela que processos de integração anteriores podem criar, como ocorreu no caso do Mercosul, um ponto de veto em processos de negociação comerciais posteriores, como se deu no caso da Alca. Logo, se a preferência primária pelo Mercosul não fosse contemplada nas negociações da Alca, as possibilidades de celebração desse acordo seriam reduzidas ou impossibilitadas.

Ao permitir compreender que a dinâmica das preferências presidenciais pode criar pontos de veto adicionais no processo de negociações comerciais internacionais, o trabalho ademais valida e refina o modelo de Mansfield e Milner (2012) e suas conclusões acerca das determinantes democráticas no comércio internacional.

Um resultado complementar obtido foi a confirmação do papel secundário do Legislativo como agente de veto dos acordos comerciais internacionais no sistema político brasileiro, nos casos do Mercosul e da Alca. Isso contribui para validar a explicação da baixa influência dos atores parlamentares na ratificação de acordos comerciais preferenciais.

A baixa representatividade e influência de ambas as Casas do Congresso Nacional nas decisões sobre questões de integração comercial revela que o Legislativo esteve alijado de um componente importante do debate nacional que afeta, cada vez mais, a política doméstica.

Apesar dos esforços dos parlamentares brasileiros para reverter esse quadro, essa baixa representatividade do Congresso brasileiro revela um déficit democrático na produção da política de comércio exterior brasileira e aponta para uma perspectiva mais hierarquizada dessa política, centrada no Executivo, distanciando-se de uma perspectiva mais poliarquica, da política nos termos qualificados por Milner (1998).

Outro resultado complementar alcançado foi a confirmação do papel do bloco do Mercosul como agente de veto da Alca no sistema político brasileiro. Essa confirmação contribui para explicar o ritmo e o baixo fluxo comercial brasileiro nas últimas décadas. Os quadros analíticos dos agentes de veto institucionais, formulados abaixo, auxiliam na visualização desse resultado complementar.

Em seguida, para melhor visualização dos ganhos obtidos no modelo teórico de Mansfield e Milner e dos seus respectivos ganhos e limitações, são elaborados,

logo abaixo, dois quadros síntese sobre as contribuições do trabalho a esse modelo. As contribuições ao modelo teórico de Mansfield e Milner estão esquematizadas no primeiro. O mecanismo de confiança pública funcionou na explicação de ambos os casos analisados. A análise do estudo dos casos revelou a importância do fator do grau de desenvolvimento nacional para a definição da forma de integração comercial e, conseqüentemente, para a celebração de acordos comerciais. Por sua vez, não foi possível validar ou retificar as predições desse modelo quanto ao fator das linhas programáticas de governo.

	MERCOSUL	ALCA
Mecanismo de Confiança Pública (<i>reassurance device</i>)	Validação	Validação
Fator Grau de Desenvolvimento Nacional	Retificação	Retificação
Linhas Programáticas de Governo	Sem Validação ou Retificação	Sem Validação ou Retificação

Quadro 8 — Contribuições ao Modelo Teórico de Mansfield e Milner
Fonte: elaboração dos autores.

	Ganhos	Limitações
Resultados dos Acordos Comerciais	As preferências presidenciais avançam na explicação das causas dos resultados diversos nos casos do Mercosul e da Alca.	As preferências presidenciais não explicam o impacto das linhas programáticas de Governo nos casos do Mercosul e da Alca.
Ritmo da Celebração de Acordos Comerciais	A manutenção e a alteração das preferências presidenciais avançam na explicação do ritmo de celebração dos acordos.	As preferências presidenciais para os casos do Mercosul e da Alca não podem ser generalizadas para todos os casos de celebração de acordos comerciais.

Quadro 9 — Ganhos e limitações do modelo retificado de Mansfield e Milner
Fonte: elaboração dos autores.

O segundo quadro sintetiza os ganhos e as limitações encontradas a partir da retificação desse modelo teórico sobre os resultados e o ritmo de celebração de acordos comerciais, dados os casos analisados.

A retificação do modelo analítico de Mansfield e Milner apresentou um ganho ao relacionar e explicar as causas das mudanças no ritmo das negociações comerciais e dos seus respectivos resultados à manutenção ou alteração das preferências

presidenciais. Por seu turno, esse modelo retificado também apresentou limitações e não permitiu avanços consistentes na busca de explicações sobre as relações entre as linhas programáticas de governos mais liberais ou mais intervencionistas e o mecanismo de confiança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTON, GOLDSTEIN, JOSLING & STEINBERG. *The Evolution of Trade Regime*. Princeton: University Press, 2006.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA. <http://biblioteca.presidencia.org.br/12/03/2015>

COUTO, Leandro Freitas. *Desenvolvimento, integração e assimetrias: caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do Sul*. 2012. Tese (Doutorado). História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília. 2012.

CRONIN, Patrick. (2003). Explaining Free Trade: Mexico, 1985-1988. *Latin American Politics and Society*, vol.45, pp. 63-95.

EVANS, P. B. RUESCHEMEYER, D. e SKOCPOL, T. *Bringing the State Back*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FEARON, James. (1994). Domestic Political Audiences and the Escalation of International Disputes. James D. Fearon. *The American Political Science Review*, vol. 88, nº 3 pp. 577-592.

HEMMER, Christopher. e KATZENSTEIN, Peter J. (2002). Why There is No NATO in Asia? Collective Identity, Regionalism, and the Origins of Multilateralism. *International Organization*. vol.56, nº3, pp.575-607.

HUMMEL, Felix. e LOHAUS, Mathis. (2012). "MERCOSUR: Integration through Presidents and Paymasters", In: Tanja A. Börzel, Lukas Goltermann, Mathis Lohaus e Kai Striebinger (orgs.): *Roads to Regionalism. Genesis, Design, and Effects of Regional Organizations*, Aldershot: Ashgate.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. (2015). *Uma Nova Agenda para a Política de Comércio Exterior do Brasil*. In: Vera Thorstensen et al. (orgs). Publicado em 12/06/2015. <http://iedi.org.br.15/01/2016>

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. (2013). *A Multiplicação dos Acordos Preferenciais de Comércio e o Isolamento do Brasil*. In: Vera Thorstensen (org.). <http://iedi.org.br.12/03/2015>

INDEX OF ECONOMIC FREEDOM 2013, Heritage Foundation. <http://www.heritage.org/index/> 15/01/2016.

MANSFIELD, EDWARD D. e MILNER, Helen V., *Votes, Vetoes and the Political Economy of International Trade Agreements*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2012.

MANSFIELD, Edward D. e PEVEHOUSE, Jon C. (2006). Democratization and International Organizations. *International Organization* vol.60, nº1, pp.137-167.

MATTLI, Walter. (1999a). Explaining Regional Integration Outcomes. *Journal of European Public Policy*. Vol. 6, nº1, pp.1-27.

MILNER, Helen V. *Resisting Protectionism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1988.

_____, Helen V. (1999). The Political Economy of International Trade. Annual Review of Political Science. vol.2, pp.91-114.

OPEN MARKETS INDEX 2013, International Chamber of Commerce (ICC) e 2013 Index of Economic Freedom.

PASTOR, Manuel Jr. e Carol Wise. (1994). The origins and sustainability of Mexico's Free Trade Policy. International Organization. vol.48, nº 3, pp. 459-89.

PEREIRA NETO, Manoel Galdino. *Determinantes da adesão a tratados de patentes, 1970-2000: a Convenção de Paris e o Tratado de Cooperação de Patentes*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo. 2011.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. *Sistema multilateral de comércio e processos de integração regional: complementaridade e antagonismo*. 2007. Tese (Doutorado). Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. 2007.

SCHELLING, Thomas C. *Choice and Consequence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SEITENFUS, Ricardo (1991). *MERCOSUL: impasses e alternativas*. São Paulo: IEA/USP. (Coleção Documentos – Série Internacional, 14).

TOMAZINI, Rosana Corrêa. As relações econômicas entre a União Europeia e o MERCOSUL e a tentativa de institucionalização de um Acordo de Livre Comércio, 1991 a 2005. 2009. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2009.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. (2007). A política externa de Lula da Silva: A estratégia da Autonomia pela Diversificação. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, jul/dez, pp. 273-335.

VIGEVANI, T., MARIANO, K.L.P. "Estratégias e alianças entre os atores sociais" In: Yves Chalout e Paulo Roberto de Almeida. *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*. São Paulo: LTr, 1999.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3.ed. Brasília: UnB, 1994.

WORLD TRADE ORGANIZATION, 2011. Annual Report. https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/anrep11_e.pdf. 20/01/2015.